

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - MT

Termo de Referência 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	393020-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - MT	ANTONIO JONATAN LIMA SETUBAL	16/04/2026 10:47 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	93/2026	50611.000988/2026-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de [vacinas influenza quadrivalente \(ou tetravalente\)](#), [dengue 1, 2, 3 e 4](#) e [herpes zóster](#), incluindo aplicação in loco por equipe [especializada](#), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vacina. Composição: Influenza Tetravalente. Tipo: Fragmentada, Inativada. Forma Farmaceutica: Suspensão Injetável	453060	UN	87	R\$ 97,50	R\$ 8.482,50
2	Vacina Composição: Dengue 1, 2, 3, 4 Tipo: Atenuada Forma Farmaceutica: Injetável	608061	UN	164	R\$ 414,80	R\$ 68.027,20
3	Vacina Composição: Herpes Zóster Tipo: Recombinante Forma Farmaceutica: Pó P/ Suspensão Injetável + Diluente	602562	UN	86	R\$ 881,50	75.809,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por possuírem especificações usuais no mercado e padronização suficiente que permite a comparação objetiva entre propostas.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses contados do(a) da emissão da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A SR/DNIT/MT, situada no município de Cuiabá, identifica a necessidade proteger sua força de trabalho por intermédio da imunização contra Influenza, Dengue e Herpes Zóster.

A iniciativa insere-se no contexto de promoção da saúde ocupacional e segurança do trabalho, com o objetivo de mitigar o absenteísmo, preservar a integridade física dos agentes públicos e garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados por esta Superintendência, em estrita consonância com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do DNIT instituída pela Portaria nº 4731/2019 (SEI 24434617).

Considerando o perfil da força de trabalho da SR/DNIT/MT e a dinâmica do ambiente laboral compartilhado, a necessidade se estrutura da seguinte forma:

- Vacina contra Influenza: destinada a todos os servidores efetivos e colaboradores que desempenham atividades nas dependências da SR/DNIT/MT, independentemente da faixa etária. A medida justifica-se pela elevada transmissibilidade do vírus em ambientes fechados, pelo potencial de complicações e pelo impacto direto em afastamentos laborais, visando garantir a imunidade de rebanho no ecossistema da unidade.
- Vacina contra Dengue: destinada igualmente ao conjunto de servidores e colaboradores da unidade, em virtude da alta incidência da doença no Estado de Mato Grosso, das condições endêmicas favoráveis à proliferação do *Aedes aegypti* e do histórico de surtos regionais, que repercutem severamente em licenças médicas e queda de produtividade.
- Vacina contra Herpes Zóster: destinada aos servidores e colaboradores com idade igual ou superior a 50 anos, em linha com as recomendações técnicas da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) para a vacinação de adultos e idosos. O recorte etário atende à comprovação médica do maior risco de reativação do vírus nesta faixa, prevenindo a ocorrência de nevralgias incapacitantes que geram licenças Varicella-zoster prolongadas e onerosas para a Administração.

Em síntese, a imunização da equipe com este conjunto de imunobiológicos não se configura como benefício individual isolado, mas como ferramenta estratégica de gestão de pessoas, mitigação de riscos operacionais em ambiente de convívio mútuo e incremento da eficiência administrativa.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 04892707002235-0-000001/2026;
- Id do item no PCA: 35;
- Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS
- Identificador da Futura Contratação: 393020-93/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e a aplicação de vacinas contra Influenza (quadrivalente), Dengue e Herpes Zóster, visando à imunização dos servidores e colaboradores da SR/DNIT/MT no exercício de 2026. A vacina contra Influenza deverá atender obrigatoriamente à composição estabelecida pela Anvisa para o Hemisfério Sul no ano de referência da aplicação. As vacinas contra Dengue deverão possuir registro válido na Anvisa e observar as dosagens e esquemas vacinais preconizados pelos fabricantes e pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm).

A prestação do serviço ocorrerá em modelo híbrido:

1. Campanha In Loco: A aplicação principal das doses será realizada nas dependências da SR/DNIT/MT (Sede), em "Dias D", visando garantir a máxima adesão. A execução será conduzida por equipe técnica da empresa contratada, composta por profissionais de saúde legalmente habilitados, com uso de todos os insumos necessários (agulhas, seringas, EPIs e caixas para descarte de resíduos perfurocortantes).

2. Atendimento Complementar em Clínica: Para assegurar a equidade de acesso, a contratada deverá viabilizar o atendimento em instalações próprias ou em clínicas parceiras para os servidores e colaboradores que estiverem ausentes no dia da ação presencial ou que estejam lotados em municípios do interior, dentro de um prazo a ser estipulado no Termo de Referência.

Para a execução de ambas as modalidades, a empresa fornecedora será integralmente responsável por:

- Transporte e Cadeia de Frio: Transporte das vacinas em condições apropriadas de refrigeração, com manutenção irrestrita da cadeia de frio (entre +2°C e +8°C ou conforme bula), utilizando equipamentos certificados e monitoramento contínuo de temperatura;
- Armazenamento Temporário: Acondicionamento adequado até o exato momento da aplicação, com registro documental do controle de conservação passível de auditoria pela fiscalização do contrato;
- Execução: Aplicação conforme cronograma definido em conjunto com a Administração, em dias úteis e horários compatíveis com o expediente do órgão;
- Rastreabilidade: Emissão de comprovante individual de vacinação a cada beneficiário imunizado e entrega de relatório gerencial consolidado ao final da campanha para a área de Gestão de Pessoas do DNIT;
- Gestão de Resíduos: Descarte rigoroso dos resíduos de serviços de saúde em conformidade com a RDC nº 222/2018 da Anvisa, englobando o recolhimento, o transporte e a destinação final por empresa devidamente licenciada para tal fim.

A aquisição será realizada por preço global/unitário por dose efetivamente aplicada, com a empresa assumindo a responsabilidade integral por toda a logística, conservação, aplicação e gestão de resíduos, sem qualquer ônus administrativo ou operacional adicional à SR/DNIT/MT.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais e Qualificação Técnica

4.1.1. Fornecimento exclusivo de vacinas registradas e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), abrangendo cepas e formulações atualizadas para o ano da execução (especialmente no caso da Influenza).

4.1.2. Garantia absoluta da manutenção da cadeia de frio e dos protocolos de biossegurança previstos pelo Ministério da Saúde, desde a origem até o momento da aplicação no braço do indivíduo.

4.1.3. Capacidade de atender à integralidade da força de trabalho da SR/DNIT/MT residente ou atuante em Cuiabá e eventuais unidades localizadas em outros municípios, por intermédio de clínicas próprias ou parceiras.

4.1.4. A contratada deverá possuir licenciamento sanitário vigente, expedido pelo órgão de vigilância competente, que a autorize expressamente a realizar serviços de vacinação, inclusive na modalidade extramuros.

4.1.5. Para a execução do objeto, a empresa deverá contar com Responsável Técnico devidamente registrado no respectivo conselho profissional.

4.1.6. A equipe técnica encarregada da aplicação das vacinas deverá ser composta por profissionais legalmente habilitados.

4.1.7. O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições locais, da infraestrutura disponibilizada na sede da SR /DNIT/MT em Cuiabá e das exigências logísticas para o atendimento híbrido, assumindo total responsabilidade pela execução dos serviços nos prazos estipulados.

4.1.7. A contratada deverá observar integralmente as seguintes normas sanitárias e regulatórias, além de outras aplicáveis ao objeto:

- RDC nº 197/2017 (Anvisa): dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana;
- RDC nº 430/2020 (Anvisa): dispõe sobre as boas práticas de distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos termolábeis, incluindo vacinas, com exigência de manutenção rigorosa da cadeia de frio, entre +2°C e +8°C, e registros contínuos de temperatura;
- RDC nº 222/2018 (Anvisa): disciplina a gestão dos resíduos de serviços de saúde, determinando o correto acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada.

4.2. Demais requisitos da contratação:

4.2.1. Prazos e Locais de Entrega: O fornecimento e a aplicação das doses únicas para influenza e da 1ª dose para dengue e Herpes Zóster ocorrerá no prazo de até 30 dias a contar da emissão da Ordem de Serviço/Compra e a 2ª dose deverá respeitar estritamente a recomendação dos fabricantes;

4.2.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica: Aplica-se as disposições do CDC;

4.2.3. Critérios para Aquisição e Exigência de Carta de Solidariedade: Não haverá exigência, pois os itens a serem adquiridos são amplamente disponíveis no mercado e não requerem garantias adicionais de fornecimento;

4.2.4. Vistoria Prévia e Condições Locais: A vistoria prévia dos licitantes ao local de execução não será obrigatória, dada a natureza do objeto;

4.2.5. Prova de Conceito e Homologação de Amostras: Não haverá exigência, visto que os itens a serem adquiridos possuem especificações técnicas objetivas e verificáveis por meio de documentação técnica;

4.2.6. Subcontratação: Será permitida a subcontratação do objeto, em até 25%. A subcontratada deverá atender os requisitos legais e regulatórios. A responsabilidade técnica e sanitária continua sendo da contratada principal, que deverá formalizar o vínculo com a subcontratada;

4.2.6.1. A subcontratação se aplica exclusivamente à etapa de aplicação (gesto vacinal), vedando expressamente a subcontratação do fornecimento dos imunobiológicos e da responsabilidade técnica e sanitária.

4.2.7. Justificativa para Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização: Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, e verificou-se que os itens a serem adquiridos não estão padronizados na base de dados nacional;

4.2.8. Garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. A não exigência de garantia é justificada pela natureza comum dos objetos, o baixo vulto da aquisição e pela vinculação do pagamento à execução completa do fornecimento do objeto.

4.2.9. A contratada deverá implementar sistema de logística reversa para o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada de todas as embalagens secundárias e terciárias (caixas de papelão, invólucros plásticos e poliestireno expandido - isopor), bem como dos frascos de vidro dos imunobiológicos utilizados na prestação dos serviços. Tais materiais deverão ser reencaminhados para reciclagem ou retorno à cadeia produtiva, em estrita observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), apresentando-se, sempre que solicitado, o comprovante de destinação final emitido por entidade licenciada.

4.2.10. Sempre que a segurança sanitária e a eficácia do gesto vacinal permitirem, a contratada deverá priorizar o uso de insumos que minimizem o descarte supérfluo, evitando o uso de embalagens individuais excessivas ou materiais não recicláveis para o transporte logístico de apoio.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, respeitando os esquemas vacinais de cada imunobiológico (dose única para Influenza e duas doses para Dengue), e será operacionalizada no modelo híbrido, compreendendo ações in loco na sede da SR/DNIT/MT e atendimento complementar em rede credenciada/parceira da contratada.

5.2. Após a assinatura do contrato e a emissão da Ordem de Início dos Serviços, a contratada deverá reunir-se com o fiscal técnico designado pelo DNIT /MT, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para a definição do cronograma de aplicação, layout do espaço, fluxo de atendimento e ajustes operacionais.

5.3. O cronograma definitivo de aplicação será formalizado até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Início, mediante comunicação escrita entre as partes.

Execução da Campanha In Loco (Dias D)

5.4. A aplicação in loco ocorrerá nas dependências da Superintendência Regional do DNIT/MT, em Cuiabá, durante o expediente regular do órgão, em períodos mínimos de 4 (quatro) horas contínuas por data agendada.

5.5. O cronograma in loco será dividido em ciclos de atendimento, respeitando o intervalo imunológico:

5.5.1. Primeiro Ciclo (Até 30 dias após a Ordem de Início): Aplicação da vacina Influenza e da primeira dose da vacina contra a Dengue.

5.5.2. Segundo Ciclo (Conforme bula, aproximadamente 90 dias após a 1ª dose): Aplicação da segunda dose da vacina contra a Dengue.

5.6. O número estimado de doses a ser aplicado em cada dia de campanha será informado pela Administração com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data agendada. A contratada deverá prover infraestrutura logística com margem técnica de segurança de 10 por cento acima do quantitativo agendado para evitar desabastecimento.

Execução Complementar em Clínicas Parceiras e/ou Credenciadas (Modelo Híbrido)

5.7. Para os servidores e colaboradores que estiverem ausentes justificadamente nos dias da campanha in loco (férias, teletrabalho, viagens a serviço ou lotação no interior), a contratada deverá disponibilizar o atendimento em clínicas próprias ou parceiras, localizadas nos municípios de Cuiabá, Rodonópolis, Cáceres e Água Boa.

5.8. O período de atendimento na clínica parceira será de 10 (dez) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento de cada ciclo da campanha in loco, garantindo a equidade de acesso a toda a força de trabalho.

5.9. O acesso do servidor à clínica dar-se-á mediante apresentação de documento de identificação e autorização/voucher emitido previamente pela equipe de Gestão de Pessoas da SR/DNIT/MT.

Rotinas e Procedimentos de Aplicação

5.10. Em ambas as modalidades (in loco e clínica), a contratada é inteiramente responsável por:

5.10.1. Realizar a triagem clínica prévia do paciente, verificando histórico de alergias e contraindicações absolutas ou relativas;

5.10.2. Garantir a manutenção ininterrupta da cadeia de frio (entre +2 graus Celsius e +8 graus Celsius), comprovável a qualquer momento pela fiscalização;

5.10.3. Fornecer todos os insumos (seringas, agulhas, EPIs, algodão, álcool) e realizar o descarte rigoroso dos resíduos perfurocortantes e infectantes (RDC nº 222/2018);

5.10.4. Emitir o comprovante individual de vacinação no ato da aplicação, contendo o nome da vacina, lote, fabricante e data.

Mecanismo de Quantificação e Medição dos Serviços

5.11. O faturamento e o pagamento serão realizados estritamente com base na unidade de medida "Dose Efetivamente Aplicada", não havendo remuneração por doses disponibilizadas e não utilizadas ou por esquemas vacinais não iniciados.

5.12. Ao final de cada ciclo de vacinação (incluindo o prazo das clínicas parceiras), a contratada deverá apresentar à fiscalização do contrato um Relatório Consolidado de Execução, contendo a listagem nominal dos indivíduos imunizados, CPF, tipo de vacina recebida e o lote correspondente. Este relatório será o documento base para o ateste da medição e posterior liberação da Nota Fiscal.

Garantia da Contratação

5.13. O prazo de garantia dos serviços prestados e dos produtos fornecidos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas sanitárias aplicáveis editadas pela Anvisa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Acompanhar o cumprimento do cronograma de entrega, aplicação e apresentação dos documentos exigidos, conforme pactuado entre as partes;

6.15.2. Verificar a entrega tempestiva dos documentos fiscais e regulatórios obrigatórios da contratada e, se houver subcontratada;

6.15.3. A conferência preliminar das vacinas nas datas das aplicações será feita pela fiscalização para verificação da conformidade da rotulagem, integridade das embalagens, prazo de validade e aderência à composição oficial determinada pela Anvisa;

6.15.4. Exigir Comprovante de capacitação específica para vacinação do funcionário da contratada que fará as aplicações, como treinamentos, cursos ou certificações em aplicação de vacinas e manejo de vacinas;

6.15.5. Conferir a compatibilidade da nota fiscal com a execução efetiva do objeto, validando a quantidade de doses aplicadas conforme relatórios nominais entregues pela contratada;

6.15.6. Controlar e registrar, em planilha própria ou sistema eletrônico, a data de aplicação, a documentação de controle da cadeia de frio e o cumprimento dos prazos;

6.15.7. Solicitar justificativas e, se necessário, aplicar glosas nos casos de descumprimento parcial da execução (ex.: número inferior de doses aplicadas, descarte por falha de conservação ou ausência de documentação comprobatória); e

6.15.8. Reportar de imediato ao gestor do contrato toda ocorrência que exceda sua competência ou que configure descumprimento contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [SELIC](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, 10/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice [IPCA](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote/item, sendo o modo de disputa aberto e fechado e o intervalo entre os lances de 0,50 por cento.

9.1.1. A escolha da modalidade Pregão justifica-se por se tratar de contratação de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O critério de menor preço é o adequado por garantir a seleção da proposta mais vantajosa de forma objetiva para um serviço padronizado.

9.2. Critérios de Aceitabilidade de Preços: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços finais superiores ao preço máximo aceitável fixado pela Administração no Mapa de Preços (valor estimado), bem como aquelas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

9.3. Critérios de Desempate: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

Participação no Certame, ME/EPP e Consórcios

9.4. O certame será de AMPLA PARTICIPAÇÃO, mantendo-se os demais benefícios previstos na legislação de regência para para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

9.5. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio. A vedação justifica-se pelo fato de o objeto não apresentar alta complexidade técnica ou vulto financeiro que exija a união de esforços de diferentes empresas, de modo que a formação de consórcios poderia restringir indevidamente a competitividade e dificultar a gestão e a fiscalização do contrato por parte da SR/DNIT/MT.

9.6. É vedada a participação de pessoa física concorrendo como tal, visto que o objeto não se enquadra no escopo de atividades que podem ser executadas por profissionais liberais, exigindo estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

Forma de fornecimento

9.6. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme calendário de vacinação acordado entre a contratante e o contratado.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.12. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição 21. mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento .22 diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica

9.19. Para a comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, estritamente vinculados aos requisitos da contratação:

9.19.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação (planejamento, fornecimento e execução de campanhas de vacinação corporativa ou extramuros).

9.19.2. Alvará de Licença Sanitária ou documento equivalente emitido pelo órgão de vigilância sanitária local competente, em plena validade, que autorize o funcionamento da empresa para prestação de serviços de imunização humana (sala de vacinas e/ou serviço extramuros), nos termos da Resolução RDC nº 197/2017 da Anvisa.

9.19.3. Comprovação de que a empresa possui Responsável Técnico legalmente habilitado , com o respectivo registro ativo no conselho profissional competente, responsável pelas diretrizes técnicas da rede de frio e aplicação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de imunização, abrangendo o fornecimento e a aplicação (gesto vacinal) de vacinas contra Influenza (quadrivalente, cepas atualizadas), Dengue (Qdenga, atenuada, esquema de duas doses) e Herpes Zóster para a força de trabalho da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso (SR/DNIT/MT), com valor total estimado de R\$ 152.318,70.

1. Identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa

Pesquisa conduzida e analisada por: Antônio Jonatan Lima Setúbal.

2. Caracterização das fontes consultadas e justificativa da escolha

Para a composição da cesta de preços, priorizou-se a utilização de parâmetros oficiais do Governo Federal, conforme determina o art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

10.2. Para o Item 1 (Vacina Influenza), foi possível compor integralmente a cesta de preços utilizando exclusivamente o inciso I do referido artigo (Painel de Preços e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), por meio da coleta de 5 (cinco) certames homologados por outros órgãos da Administração Pública.

10.3. Para o Item 2 (Vacina contra a Dengue), devido à especificidade do esquema vacinal (duas doses), à recente incorporação da vacina Qdenga no mercado e à limitação de certames públicos similares homologados com quantitativos e logística compatíveis no PNCP, a pesquisa governamental (1 parâmetro do inciso I) precisou ser complementada com outras fontes legais. Utilizou-se a pesquisa em mídia especializada de domínio amplo (2 parâmetros do inciso III - site Vaxys Vacinas) e pesquisa baseada em Nota Fiscal eletrônica emitida no Portal da Transparência (1 parâmetro do inciso V). Essa diversificação de fontes garante uma visão realista dos valores praticados na iniciativa privada para suprir a lacuna da base governamental, atendendo ao princípio da obtenção da proposta mais vantajosa.

10.4. Todos os preços coletados foram considerados válidos para a composição do cálculo, não havendo descarte de valores por inexecutabilidade ou sobrepreço, uma vez que a análise estatística preliminar apontou coeficiente de variação aceitável, evidenciando a homogeneidade das amostras.

10.5. Para a definição do valor estimado de ambos os itens, adotou-se o método matemático da Mediana. A escolha da mediana justifica-se por ser uma medida de tendência central robusta, que mitiga eventuais distorções causadas por valores atípicos (muito altos ou muito baixos) nas extremidades da amostra, refletindo com maior fidelidade e segurança o preço de mercado praticado na média das transações, resguardando a Administração contra o sobrepreço. O cálculo e a consolidação dos dados foram realizados por meio do sistema Banco de Preços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, comprovadas mediante declaração do setor competente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cuiabá/MT, 15 de abril de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

As regras contratuais estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

As regras contratuais estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

15. ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS OFICIAIS, ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E OBSERVÂNCIA ÀS DIRETRIZES NORMATIVAS

Declaramos, para fins de instrução processual, que o Termo de Referência utilizado na presente contratação foi elaborado com fundamento nos artigos 29 e 35 da Instrução Normativa nº 05/2017, no Enunciado BPC nº 06 e nas diretrizes constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022.

A elaboração do referido documento foi realizada diretamente no Sistema TR Digital, disponível no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, com base nos modelos oficiais disponibilizados pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Informa-se que todas as inclusões, adaptações, alterações, ajustes ou complementações necessárias, bem como o preenchimento de lacunas, foram devidamente destacadas na cor azul forte, diretamente no corpo do documento, conforme orientações dos próprios modelos.

Adicionalmente, declaramos que a contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do órgão contratante, atendendo às diretrizes de planejamento conjunto de contratações, ao Sistema de Governança institucional e ao Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, fruto da parceria técnica entre a AGU e o MGI.

Nestes termos, reafirma-se o compromisso com a conformidade normativa, a padronização documental e o alinhamento estratégico das contratações públicas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO JONATAN LIMA SETUBAL

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 17:32:19.

FABIANO TOCANTINS DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 10:47:06.

MARCELO GUILHERME DE SOUZA

Coordenador de Administração e Finanças



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 17:45:56.